

# Iphan discorda da Sefau

Técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não concordam com a Secretaria de Fiscalização (Sefau), que afirma que os portões eletrônicos ferem o projeto de urbanização e de tombamento da cidade. A alegação é rebatida pelo arquiteto e fiscal do Iphan em Brasília, Maurício Pinheiro. "Isso é ridículo. Ninguém é obrigado a abrir o seu subsolo", diz.

A área em questão, na avaliação de Pinheiro, seria privativa dos blocos, que podem ser cercados ou fechados com portões eletrônicos. "Se está na projeção do bloco uma garagem privada, ou seja, que pertence aos moradores específicos, eles têm direito de fechá-las como quiser", afirma.

A situação, explica o especialista, seria diferente se o local cercado (ou fechado com portões) fosse o pilotis dos prédios – que deve respeitar o direito à livre circulação.

No auto de infração, recebido pelos blocos, consta que os blocos "devem desobstruir o estacionamento coberto, pois não estariam dentro dos limites da projeção, mas em área pública, construída sem o devido licenciamento".

**VISITA** – Esta semana, a Administração de Brasília deve receber um engenheiro – levado pela prefeitura da quadra – para investigar os microfilmes dos projetos da quadra 207. Com isso, será possível saber se na planta dos prédios – construídos na década de 70 –

havia ou não o projeto de garagens subterrâneas cobertas (com possibilidade de fechamento) ou se no local em questão havia apenas um estacionamento coberto.

Enquanto o processo não for decidido, o subsecretário da Sefau, José da Luz Araújo, declarou que os efeitos do auto de infração estão suspensos e que a população não deve temer atitudes da secretaria. "Enquanto estivermos discutindo e não tivermos uma decisão, não faremos nada na área. Podem ficar tranqüilos."

Segundo o subsecretário, caso o problema não consiga ser resolvido no âmbito da secretaria, o processo será encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh).